



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

## SENTENÇA

Processo nº: **0003914-72.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Lourival Magri**  
 Requerido: **Delegado de Policia Diretor da 26ª Ciretran de São Carlos e outro**

## CONCLUSÃO

Em 01 de agosto de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr<sup>a</sup>. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

### Vistos.

**LOURIVAL MAGRI** impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pelo Delegado da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a renovação de Carteira Nacional de Habilitação - CNH, sem que tivessem sido esgotadas todas as instâncias administrativas para discussão do ato que determinou a suspensão de sua CNH e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi indeferida (fls. 49).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo requereu a intervenção no feito (fls. 59).

Informações às fls. 63/75.

O Ministério Público opinou pela não concessão da ordem (fls. 78/79).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo foi admitida como assistente litisconsorcial (fls. 80) e pugnou pela denegação da ordem (fls. 82).

Manifestação do impetrante às fls. 84.

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

A situação enfocada nestes autos não permite seja concedida a segurança pleiteada.

Muito embora afirme o autor que os recursos administrativos encontram-se pendentes de julgamento, constata-se que não é essa a situação presente.

Com efeito, conforme já apontado quando da análise do pedido liminar, o impetrante sequer juntou cópia de sua Carteira Nacional de Habilitação e pelo o que consta do documento que acompanha a inicial (fls. 26) a sua primeira habilitação foi emitida em 05.10.1993 com validade até 14.07.1998.

Da análise das informações de fls. 63/76, o bloqueio no cadastro do condutor se deu por suspeita de fraude em sua CNH. Frise-se que o prontuário do condutor de fls. 76 aponta somente a data de expedição da primeira carteira de habilitação e a data do bloqueio efetuado, não fazendo qualquer referencia acerca da última renovação do documento.

Conforme bem apontado pelo representante do Ministério Público, “*não se trata de caso de impedimento de renovação decorrente de pontuação anotada em prontuário*” (fls. 79).

Não há, destarte, como atender a pretensão inicial, pois não se vislumbra demonstração de direito líquido e certo violado.

Ante o exposto, **DENEGO** a segurança pleiteada, resolvendo ao presente feito pelo seu mérito nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Oficie-se à autoridade coatora comunicando o teor desta decisão.

**P.R.I.C.**

São Carlos, 19 de novembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**